



SEMED BARCARENA-PA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA PA

**PROFESSOR LICENCIATURA
PLENA – GEOGRAFIA**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Didática e Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 001/2026 – PMB/SEMED



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEMED BARCARENA PA

SEMED BARCARENA PA - SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO DE BARCARENA PA

Professor Licenciatura
Plena – Geografia

EDITAL Nº 001/2026 – PMB/SEMED

CÓD: SL-209MA-26
7908433299950

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos.....	7
2. Redação oficial (ofício, memorando, aviso, requerimento, relatório, ata).....	8
3. Ortografia oficial vigente	15
4. Morfologia/Classe de Palavras. (substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções, preposições, artigo, numeral, interjeição).....	20
5. Sintaxe da oração e do período (termos da oração, orações coordenadas e subordinadas).....	30
6. Concordância, regência e colocação pronominal	35
7. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	45
8. Semântica e argumentação (sinonímia, antonímia, polissemia, coerência e coesão textual)	50
9. Estilística e recursos expressivos da língua	57
10. Norma culta e usos da língua (adequação comunicativa).....	60
11. Gêneros textuais e discursivos.....	62
12. Variação linguística e sociolinguística	72
13. Análise crítica do discurso.....	73

Informática

1. Conceitos básicos em informática: Hardware: unidade central de processamento, periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados. Software: tipos de software, software livre e software proprietário	83
2. Conceitos básicos de sistemas operacionais.....	88
3. Noções de ambiente Windows e distribuições Linux: Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas, permissão de arquivos, comandos do terminal Linux, backup	89
4. Conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações (pacote Microsoft Office e LibreOffice)	101
5. Internet: conceitos básicos e serviços associados à internet: navegação. busca e pesquisa. Intranet.....	114
6. Correio eletrônico.....	118
7. Grupos de discussão	122
8. Armazenamento em nuvem	124
9. Plataformas de comunicação e colaboração.....	125
10. Redes de computadores: noções básicas de redes de computadores, LAN, MAN, WAN, endereçamento.....	128
11. Segurança da informação: Conceitos de Confidencialidade, Integridade, Autenticidade, Disponibilidade.....	133

Didática e Legislação

1. Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e suas atualizações	143
2. Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas atualizações.....	162
3. Lei nº 13.005/2014 — Plano Nacional de Educação, e suas atualizações.....	202
4. Lei nº 14.113/2020 — Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — Fundeb, e suas atualizações	204
5. Lei nº 10.639/2003	219
6. Lei nº 11.645/2008, e suas atualizações: Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	219

7. Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e suas atualizações	220
8. Lei nº 12.764/2012 — Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e suas atualizações	238
9. Decreto nº 12.686/2025 — Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e suas atualizações	239
10. Decreto nº 12.773/2025	243
11. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	244
12. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e suas modalidades.	245
13. Base Nacional Comum Curricular — BNCC, e suas atualizações: competências gerais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências, áreas do conhecimento, componentes curriculares e temas contemporâneos transversais	245
14. Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação para as Relações Étnico-Raciais: legislações, decretos do tema e suas atualizações, diretrizes curriculares nacionais, territoriais e pedagógicas ..	245
15. Didática, currículo e planejamento pedagógico: objetivos de aprendizagem, metodologias de ensino, interdisciplinaridade, contextualização, alfabetização, letramento e recomposição das aprendizagens	260
16. Avaliação da aprendizagem e avaliação educacional: avaliação diagnóstica, formativa e somativa, SAEB	274
17. Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica; Decreto nº 9.432/2018	289
18. Indicadores educacionais e uso pedagógico dos resultados	290

Conhecimentos Específicos

Professor Licenciatura Plena – Geografia

1. Evolução e história da ciência geográfica	311
2. Principais categorias da geografia- paisagem, Espaço geográfico, Região, Território, Lugar, Do meio natural ao meio técnico científico informacional	313
3. Cartografia e representação do espaço geográfico	316
4. Geografia física e Meio ambiente: Estrutura Geológica Mundial e do Brasil; A dinâmica climática e os tipos de clima do mundo e do Brasil; Recursos hídricos no Brasil e no mundo; Principais formações vegetais mundiais e do Brasil; Principais problemas ambientais no Brasil e no mundo	319
5. População mundial e brasileira	323
6. O espaço industrial mundial e brasileiro	327
7. O espaço urbano mundial e brasileiro	331
8. O espaço agrário mundial e brasileiro	335
9. Regionalização: As diversas formas de regionalizar o espaço mundial; As diversas formas de regionalizar o Brasil; As regiões brasileiras	339
10. Geopolítica: Os sistemas políticos e econômicos pós Segunda Guerra Mundial (Capitalismo e Socialismo); A guerra fria; A Nova Ordem Mundial; Os blocos econômicos; Os conflitos étnicos	343
11. Geografia do Pará	346
12. Geografia do Município de Barcarena	356

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

REDAÇÃO OFICIAL (OFÍCIO, MEMORANDO, AVISO, REQUERIMENTO, RELATÓRIO, ATA)

REDAÇÃO OFICIAL

O QUE É REDAÇÃO OFICIAL¹

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessa-nos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo.

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”. Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Ademais, não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.

A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, deve possuir clareza e concisão, além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos obedece a certa tradição. Há normas para sua elaboração que remontam ao período de nossa história imperial, como, por exemplo, a obrigatoriedade – estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência. Essa prática foi mantida no período republicano.

Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. Nesse quadro, fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

Outros procedimentos rotineiros na redação de comunicações oficiais foram incorporados ao longo do tempo, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes, etc. Mencione-se, por exemplo, a fixação dos fechos para comunicações oficiais, regulados pela Portaria no 1 do Ministro de Estado da Justiça, de 8 de julho de 1937, que, após mais de meio século de vigência, foi revogado pelo Decreto que aprovou a primeira edição deste Manual.

Acrescente-se, por fim, que a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama burocratês. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases.

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa da que da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc. Apresentadas essas características fundamentais da redação oficial, passemos à análise pormenorizada de cada uma delas.

► A Impessoalidade

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

- alguém que comunique,
- algo a ser comunicado, e
- alguém que receba essa comunicação.

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

- da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade;
- da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal;
- do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural que não cabe qualquer tom particular ou pessoal. Desta forma, não há lugar na redação oficial para impressões

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA: HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS. SOFTWARE: TIPOS DE SOFTWARE, SOFTWARE LIVRE E SOFTWARE PROPRIETÁRIO

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► Relação de dependência entre hardware e software

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

► Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

Você tem razão. A segunda seção ficou longa demais para o padrão que você definiu. Vou ajustar o material para trabalhar com seções mais enxutas, mantendo profundidade, mas sem excesso. Substitua a segunda seção por esta versão mais curta.

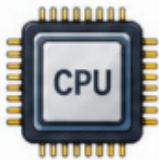
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► Conceito de hardware

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	

DIDÁTICA E LEGISLAÇÃO

LEI Nº 9.394/1996 — LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E SUAS ATUALIZAÇÕES

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insu-
mos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de

ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

EVOLUÇÃO E HISTÓRIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A GEOGRAFIA NA ANTIGUIDADE E NA IDADE MÉDIA

► Os primeiros conhecimentos geográficos

A história da ciência geográfica começa muito antes de sua organização como disciplina acadêmica. Desde as primeiras sociedades humanas, a necessidade de conhecer o espaço esteve ligada à sobrevivência, ao deslocamento, à agricultura, ao comércio, à defesa territorial e à observação da natureza. Antes mesmo de existir uma ciência chamada Geografia, os grupos humanos já produziam saberes geográficos ao identificar rios, montanhas, caminhos, áreas férteis, zonas de caça, rotas marítimas e regiões habitadas por outros povos.

Na Antiguidade, esse conhecimento era principalmente prático. Povos como egípcios, mesopotâmicos, fenícios, chineses e indianos desenvolveram formas de orientação, medição de terras, descrição de paisagens e representação do espaço. No Egito, por exemplo, as cheias do rio Nilo exigiam técnicas de medição territorial, pois era necessário redefinir limites agrícolas após as inundações. Entre os fenícios, grandes navegadores e comerciantes, o conhecimento das rotas marítimas foi essencial para a expansão comercial pelo Mediterrâneo.

A Geografia como necessidade prática

A Geografia nasceu vinculada à necessidade humana de localizar, descrever e compreender os lugares. O conhecimento do espaço não era apenas uma curiosidade intelectual, mas uma condição para organizar a vida social. Saber onde estavam os recursos naturais, como se comportavam os rios, quais caminhos eram mais seguros e quais regiões poderiam ser ocupadas era fundamental para o desenvolvimento das sociedades.

► A contribuição dos gregos, romanos, árabes e europeus medievais

Os gregos foram decisivos para transformar os conhecimentos geográficos em reflexão sistemática. Eles buscaram compreender a forma da Terra, os movimentos dos astros, as diferenças climáticas e a distribuição dos povos. Eratóstenes, por exemplo, calculou com grande aproximação a circunferência da Terra, demonstrando uma preocupação científica com medidas e proporções. Estrabão, por sua vez, produziu descrições regionais importantes, relacionando lugares, povos e características naturais.

Os romanos deram à Geografia um sentido mais administrativo e estratégico. Como construíram um vasto império, precisavam conhecer estradas, fronteiras, províncias, cidades, rios e áreas militares. A Geografia romana esteve muito ligada à organização territorial, ao controle político e à circulação de tropas e mercadorias.

Durante a Idade Média, o conhecimento geográfico europeu foi bastante influenciado pela religião, e muitos mapas representavam o mundo a partir de interpretações simbólicas. Entretanto, no mundo árabe, a Geografia avançou de maneira significativa. Geógrafos e viajantes árabes preservaram conhecimentos antigos, aperfeiçoaram mapas, descreveram rotas comerciais e produziram relatos detalhados sobre diferentes regiões da África, da Ásia e da Europa.

A importância dos saberes árabes medievais

A produção geográfica árabe teve papel essencial na conservação e ampliação do conhecimento antigo. Em um período no qual parte da Europa ocidental apresentava menor desenvolvimento científico, estudiosos árabes traduziram obras gregas, reuniram informações de viajantes e desenvolveram técnicas cartográficas mais precisas. Esse conhecimento foi fundamental para as futuras navegações europeias.

► A Geografia como descrição da Terra, orientação e representação do mundo

Na Antiguidade e na Idade Média, a Geografia ainda não era uma ciência autônoma nos moldes atuais. Ela reunia conhecimentos de astronomia, matemática, cartografia, história, navegação e descrição de povos. Sua principal função era registrar o mundo conhecido e permitir a orientação sobre a superfície terrestre. Por isso, mapas, relatos de viagem e descrições regionais tiveram enorme importância nesse período.

A palavra Geografia, de origem grega, significa descrição da Terra. Esse sentido inicial mostra que o objetivo principal era representar e explicar o mundo conhecido. Contudo, essa descrição não era neutra. Ela refletia os interesses, crenças, técnicas e limites de cada sociedade. Enquanto alguns povos representavam o espaço com finalidade prática, outros o faziam com base em visões religiosas, políticas ou comerciais.

Com o tempo, o acúmulo desses conhecimentos preparou o caminho para a formação da Geografia moderna. As observações sobre clima, relevo, localização, mares, rios, povos e territórios criaram uma base intelectual que seria retomada e reorganizada nos séculos seguintes. Assim, a Geografia antiga e medieval

deve ser entendida como uma etapa fundamental, marcada pela passagem gradual do conhecimento prático para formas mais sistemáticas de interpretação do espaço.

A FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA

► O contexto das grandes navegações e da expansão territorial

A formação da Geografia moderna está diretamente relacionada às transformações ocorridas entre os séculos XV e XIX, período marcado pela expansão marítima europeia, pelo crescimento do comércio internacional, pelo contato entre diferentes continentes e pela ampliação do conhecimento sobre a superfície terrestre. As grandes navegações tiveram papel decisivo nesse processo, pois exigiram técnicas mais precisas de localização, orientação, medição e representação do espaço.

Com as viagens oceânicas, os europeus passaram a reunir informações sobre terras, mares, povos, climas, recursos naturais e rotas comerciais. Esse acúmulo de dados fortaleceu a cartografia e tornou os mapas instrumentos fundamentais para a navegação, o comércio e o domínio territorial. A Geografia, nesse contexto, deixou de ser apenas uma descrição geral do mundo conhecido e passou a ter uma função estratégica ligada à expansão econômica e política.

A ampliação do mundo conhecido

As navegações modificaram profundamente a forma como o espaço era percebido. Regiões antes desconhecidas pelos europeus passaram a ser registradas, medidas e incorporadas aos mapas. Ao mesmo tempo, o contato com diferentes sociedades revelou a diversidade de paisagens, culturas e formas de organização territorial. Esse processo ampliou o interesse por explorações mais sistemáticas sobre a Terra.

► A sistematização do pensamento geográfico nos séculos XVIII e XIX

Nos séculos XVIII e XIX, a Geografia avançou no sentido de se organizar como um campo de conhecimento mais sistemático. Esse período foi influenciado pelo Iluminismo, pelo desenvolvimento das ciências naturais, pela valorização da razão e pela busca de leis capazes de explicar os fenômenos da natureza e da sociedade. A observação, a comparação e a classificação tornaram-se procedimentos importantes para o estudo do espaço.

A expansão dos Estados nacionais e o crescimento dos impérios coloniais também contribuíram para o fortalecimento da Geografia. Conhecer o território era essencial para administrar populações, explorar recursos, definir fronteiras e planejar ações políticas. Por isso, a Geografia passou a ser ensinada em instituições escolares e universidades, ganhando importância na formação cultural e científica.

Nesse momento, consolidou-se uma preocupação central: compreender as relações entre os elementos naturais e as sociedades humanas. A análise do relevo, do clima, da vegetação e dos rios passou a ser articulada à ocupação humana, às atividades econômicas e à organização dos territórios. A Geografia moderna nasceu justamente dessa tentativa de relacionar natureza e sociedade em uma explicação organizada do espaço terrestre.

A Geografia como ciência em construção

A Geografia moderna não surgiu de maneira repentina. Ela resultou de um longo processo de acumulação de informações, aperfeiçoamento técnico e reflexão teórica. O avanço da cartografia, das medições astronômicas, das viagens científicas e das descrições regionais permitiu que o conhecimento geográfico se tornasse mais rigoroso.

► A importância de Humboldt, Ritter e da institucionalização da Geografia

Alexander von Humboldt e Carl Ritter são considerados nomes fundamentais na formação da Geografia moderna. Humboldt destacou-se por suas viagens científicas e por sua preocupação em compreender a natureza de forma integrada. Para ele, os fenômenos naturais não deveriam ser estudados isoladamente, mas em suas relações. Clima, relevo, vegetação, altitude e localização formavam conjuntos interdependentes, e essa visão contribuiu para uma abordagem mais científica da paisagem.

Carl Ritter, por sua vez, valorizou a relação entre os povos e os ambientes em que viviam. Sua obra buscava compreender como as características naturais influenciavam o desenvolvimento histórico das sociedades. Embora algumas de suas interpretações tenham sido superadas posteriormente, sua contribuição foi importante para aproximar a Geografia da análise regional e da relação entre humanidade e natureza.

A institucionalização da Geografia ocorreu quando esse campo passou a ocupar espaço nas universidades, nas escolas, nas sociedades científicas e nos projetos dos Estados nacionais. A partir do século XIX, a Geografia tornou-se uma disciplina reconhecida, com métodos, objetos de estudo e finalidades próprias. Esse processo foi essencial para sua consolidação como ciência.

A consolidação da Geografia moderna

A Geografia moderna consolidou-se ao combinar descrição, explicação e análise das relações espaciais. O conhecimento geográfico passou a servir tanto ao avanço científico quanto aos interesses políticos e econômicos dos Estados. Ao mesmo tempo, criou as bases para debates posteriores sobre determinismo ambiental, possibilismo, regionalismo e outras correntes do pensamento geográfico.

A FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA MODERNA

► O contexto das grandes navegações e da expansão territorial

A formação da Geografia moderna está diretamente relacionada às transformações ocorridas entre os séculos XV e XIX, período marcado pela expansão marítima europeia, pelo crescimento do comércio internacional, pelo contato entre diferentes continentes e pela ampliação do conhecimento sobre a superfície terrestre. As grandes navegações tiveram papel decisivo nesse processo, pois exigiram técnicas mais precisas de localização, orientação, medição e representação do espaço.

Com as viagens oceânicas, os europeus passaram a reunir informações sobre terras, mares, povos, climas, recursos naturais e rotas comerciais. Esse acúmulo de dados fortaleceu a cartografia e tornou os mapas instrumentos fundamentais para a navegação, o comércio e o domínio territorial. A Geografia, nesse contexto,



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!